



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ E A ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA - AFASCOM, PARA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA DESTINADA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, NECESSÁRIOS O PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR.

O **MUNICÍPIO DE TAUBATÉ** por intermédio da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, com sede Av. Tiradentes, 520, Centro, nesta cidade, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, Sr. José Antonio Saud Junior, e a **ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA – AFASCOM**, inscrita no CNPJ sob nº. 57.521.759/0001-37, com sede na Av. Marechal Deodoro, 101 – Jardim Santa Clara – Taubaté - SP, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada neste ato por sua Diretora Presidente, Sra. Salete Bolzan, RG nº. 9.139.660-8 e CPF nº. 144.385.278-30, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº. 13.019/14, e suas alterações; Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei Municipal nº. 5.570, de 20 de julho de 2020; Lei Orçamentária Anual nº. 5.610, de 28 de dezembro de 2020, consoante o **Processo Administrativo nº. 15.774/21 – Dispensa de Chamamento Público**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - O presente termo de colaboração, decorrente de Dispensa de Chamamento Público, tem por objeto a **aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, necessários para o desenvolvimento das atividades da Organização**, mediante a transferência de recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº. 117.3, conforme detalhado no Plano de Trabalho apresentado pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a - efetuar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de **RS 20.000,00 (vinte mil reais)**, através do depósito bancário em Conta Corrente específica, utilizada pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** para execução do



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

b - liberar os recursos por meio de transferência eletrônica, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

c - acompanhar, supervisionar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta colaboração;

d - promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do Termo de Colaboração;

e - assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único - É obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da colaboração.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a - executar o objeto da colaboração estabelecido na Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

b - zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c - manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas aos objetivos desta Colaboração;

d - comunicar, de imediato, à SEDIS, paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento e nas atividades prestadas;

e - comunicar previamente à Prefeitura Municipal de Taubaté mudança de endereço;

f - elaborar e executar sua proposta social, respeitadas as diretrizes da Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações; Lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e legislações específicas ao Serviço;

g - recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Colaboração;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

h - apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos do Sistema, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

i - atender eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

j - aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

k - manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

l - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

m - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

n - dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

o - divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

Parágrafo Único - As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados a execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

p - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

q - responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

r - apresentar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, demonstrando as ações e as aquisições realizadas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados conforme previsto no Plano de Trabalho;

s - apresentar ao Departamento de Finanças a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente termo de colaboração, bem como a documentação comprobatória, conforme consta no Manual de Prestação de Contas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá para execução do objeto do presente termo de colaboração no valor total de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, recurso proveniente de Emenda Parlamentar nº. 117.3, onerando a conta da dotação orçamentária nº. 25.04.00.44.50.42.00.08.243.4002.2128, Fonte 08, Código Aplicação 5000007, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, devendo ocorrer o repasse dos recursos financeiros em até **02 (dois) dias úteis**, em **parcela única**, tão logo assinatura do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme previsão de aplicação de recurso, contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

II - os recursos repassados, conforme Cláusula Terceira, poderão ser aplicados de acordo com o seguinte item:

a – aquisição de material de consumo e/ou permanente;

Parágrafo primeiro - A aplicação dos recursos desta Cláusula está detalhada e definida conforme Plano de Trabalho;

Parágrafo segundo - É vedada a aplicação de valores advindos da parceria em quaisquer despesas não previstas no item “a” desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DOS SALDOS DA COLABORAÇÃO

Os saldos do presente Termo de Colaboração, enquanto não utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo primeiro - As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste termo de colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

Parágrafo segundo - Quando não utilizado em sua totalidade os recursos, estes serão devolvidos ao término da colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da colaboração não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV - quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social - SEDIS ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o cronograma de Atividades, previamente apresentado ao Município;

V - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

I - o presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

a - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

b - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

c - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
d - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

e - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

f - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

g - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES

I – São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto;

II - Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na hipótese de extinção da ORGANIZAÇÃO;

III – No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do Administrador Público, ser doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante;

IV – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao prevista nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

II - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

III – A prorrogação a que se refere o item anterior deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo único – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO GERENCIAMENTO DA PARCERIA

Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, coordenar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c - valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

d - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

e - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados.

II - a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a qual deverá conter:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

a - relatório de pagamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do Processo Administrativo que norteia o presente Termo de Colaboração;

b - cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários, se couber;

c - notas fiscais eletrônicas e RPAs devidamente atestados pelo Presidente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, se couber;

d - extratos bancários das contas corrente e aplicação exclusivas para consecução do objeto desta parceria e respectiva conciliação bancária;

e - guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP), se couber;

f - todas as despesas realizadas deverão ser pagas por meios eletrônicos, devendo ser apresentados os comprovantes das operações realizadas;

g - de acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizem operações destinadas à administração pública direta e indireta;

h - todos os documentos fiscais originais das despesas deverão conter em seu corpo, o tipo do repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem. Deverá conter carimbo de identificação e assinatura do representante legal, extraindo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A Organização da Sociedade Civil, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar as originais e respectivas cópias para conferência.

i - manifestação expressa do Conselho Fiscal da mantenedora ou da instituição de assistência social sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial.

§ 1º - serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

III - a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

a - relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

b - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

IV - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

b - relatório técnico de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

V - os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal nº. 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

a - os resultados já alcançados e seus benefícios;

b - os impactos econômicos ou sociais;

c - o grau de satisfação do público-alvo;

VI - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei Federal nº. 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

a - aprovação da prestação de contas;

b - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

c - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

VII - constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - o prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

VIII - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

a - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

IX - As prestações de contas serão avaliadas:

a - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de trabalho;

b - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1 - omissão no dever de prestar contas;

2 - descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

3 - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4 - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

X - o Administrador Público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

XI - quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

XII - durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

I – A presente colaboração poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

II - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

a - advertência;

b - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso “b”.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos b e c são de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Taubaté, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

II - Prescreve em 5 (cinco anos), contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da colaboração.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

I - Este termo de colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nas seguintes hipóteses:

a - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

- b - inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas;
- c - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d - verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que aplicar os recursos em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste termo de colaboração e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no jornal eleito como oficial do município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Taubaté para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias decorrentes deste termo de colaboração.

E por estarem acordes com os termos do presente instrumento, as partes firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Taubaté, 25 de maio de 2021.

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SALETE BOLZAN
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

Elaine Pereira da Silva
Departamento Técnico Legislativo
Matrícula: 30.612

Meire Helten Gonçalves Sacchi
CPF: 364.424.288-77
Matrícula nº 30.946



**ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA**

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP

Fone/Fax: 12 3621-2631

e-mail: sta.veronica@uol.com.br

63
8

EMENDA IMPOSITIVA 117.3 - 2021 - PMT

PROJETO REEQUIPANDO

DESTINADO AO APOIO À OSC

AFASCOM-Centro de Assistência Social Santa Verônica

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Dados da Mantenedora

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA

CNPJ nº 57.521.759/0001-37

Rua Barão de Jaguará, nº 140 - Bairro Bosque

CEP: 13026-099 - Campinas/SP

Fone: (19) 2129-9922

e-mail: social@afascom.org.br

Identificação do Responsável pela Instituição

Diretora Presidente: Salete Bolzan

RG: 9.139.660-8 SSP/SP

CPF: 144.385.278-30

Rua Barão de Jaguará, 140 - Bosque

CEP: 13026-099 - Campinas/SP

Fone: (19) 2129-9922 - (19) 98211-0101

e-mail: presidencia@afascom.org.br

Vigência do mandato da diretoria atual: 18/01/2021 a 17/01/2027

Dados da Unidade Executora

AFASCOM - CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA

CNPJ: 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, 101 - Jardim Santa Clara

CEP: 12080-000 - Taubaté/SP

Fone: (12) 3621.2631 - E-mail: sta.veronica@uol.com.br

Identificação do Responsável pela Unidade Executora

Diretora: Elza Maria Pianta

RG: 4.801.714-0 - SSP/SP

CPF: 871.107.418-34

Av. Marechal Deodoro, 101 - Jardim Santa Clara

CEP: 12080-000 - Taubaté/SP

Fone: (12) 3621-2631 - Cel: (12) 98281-0331

e-mail: sta.veronica@uol.com.br

Identificação do Coordenador / Responsável Técnico

Nome: Silvana Vieira dos Santos

Cargo: Coordenadora Técnica

RG: 23.739.266-5 SSP/SP - CPF: 144.765.018-26

Formação Profissional: Assistente Social

Vínculo Empregatício: Contrato CLT

Telefone: (12) 99112-8717 - E-mail: silvanavieiras@hotmail.com



64
9

2 - APRESENTAÇÃO GERAL:

Breve histórico da Organização:

A Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria aqui denominada simplesmente AFASCOM, fundada em 27 de setembro de 1987, com sede e foro na cidade de Campinas/SP, é **pessoa jurídica** de direito privado, associação sem fins econômicos, filantrópica e está organizada em conformidade com a legislação vigente no Brasil.

A AFASCOM integra a rede de serviços socioassistencial SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL nos territórios de abrangência, reconhecida e legitimada como OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, executora de Políticas Públicas, de relevância social para os usuários da Assistência Social. A parceria é celebrada em regime de mútua cooperação, através de Termos de Colaboração firmados com os Gestores Públicos.

A AFASCOM tem por **finalidade estatutária**, criar, congregar, manter, dirigir, assessorar, orientar instituições que promovam ações no âmbito da assistência social desenvolvendo suas atividades em qualquer parte do Território Nacional.

Serviços Executados em Taubaté/SP:

A AFASCOM através de sua mantida: CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA executa o serviço de PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE em Meio Aberto - Medida Socioeducativa: Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1 - Título: “Projeto Reequipando”

- a) Equipamentos de Informática
- b) Equipamento Audiovisual
- c) Equipamento de Telecomunicação

3.2 - Identificação do Objeto: Emenda Impositiva 117.3: “Apoiar a OSC - Organização da Sociedade Civil - Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - Centro de Assistência Social Santa Verônica, alocada no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS”.

Este objeto tem a finalidade de adquirir os seguintes produtos:

- a) **Equipamentos de Informática:** 01 Computador Completo para reposição do setor administrativo (equipamento em uso antigo e desatualizado; leitor de pendrive não funciona; as Prestações de Contas são feitas em Excel e muitas vezes dá erro por ser versão antiga) e 02 Notebook para reposição da Equipe Técnica das Medidas Socioeducativas de LA e PSC (equipamentos antigos apresentando desatualização e lentidão em suas funções), 01 Notebook para o Setor Administrativo, 01 Leitor de QR Code para cadastro de Notas Fiscais Paulista.



**ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA**

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP
Fone/Fax: 12 3621-2631 e-mail: sta.veronica@zuel.com.br

- b) **Audiovisual:** 01 Smart TV para uso das MSE - LA e PSC.
- c) **Equipamento de Telecomunicações:** 01 Aparelho de Telefone sem fio para o Setor Administrativo.

4- PÚBLICO ALVO

- a) Área de Abrangência: Urbana e Rural - Diversos Bairros da cidade de Taubaté.
- b) Perfil da população atendida:
 - Adolescentes/jovens de 12 a 18/21 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, em situação de extrema vulnerabilidade, seja por serem atingidos pela pobreza, seja pelo meio delitivo em que vivem devido ao crescimento do tráfico de drogas e alto índice de violência nos bairros periféricos da cidade.

5- META DE ATENDIMENTO

- 90 adolescentes/jovens de 12 a 18/21 anos - Atendimento Semanal de 2ª à 6ª feira.

6- PERÍODO DE EXECUÇÃO

- **Início do Projeto:** A partir da data da assinatura do Termo de Colaboração.
- **Término da execução do Projeto:** 90 dias a partir da assinatura do Termo de Colaboração.

7- JUSTIFICATIVA

Justifica-se o “Projeto Reequipando” pela necessidade da OSC em repor ou adequar seus equipamentos para auxiliar na qualidade, conforto e eficiência do trabalho desenvolvido pelos colaboradores e/ou voluntários, para consequentemente garantir maior resultado nos serviços prestados pela OSC. Justifica-se também este projeto considerando a realidade vivenciada hoje por todos nós decorrente a Pandemia do COVID-19, do qual se estende por mais de 12 meses, fazendo com que o uso da tecnologia seja primordial para se desenvolver / executar nossos trabalhos de forma remota “à distância”.

Destacamos que neste momento de grande crise financeira, a comunidade local também vem sentindo dificuldade em auxiliar a OSC com suas contribuições, aumentando a necessidade da busca de captação de recursos financeiros.

Decorrente a essa realidade, a OSC sentiu a necessidade de buscar meios de subsistência através do trabalho executado pelos colaboradores e voluntários com a digitação de notas fiscais através do portal da Receita Federal, além do preparo e das vendas de quitutes (doces e salgados) através das redes sociais.

A pandemia do COVID-19 também vem gerando outras complicações sendo que em nosso meio houve aumento significativo na evasão escolar dos adolescentes/jovens inseridos no serviço das MSE, dificultando sua inserção na sociedade e consequentemente no mercado de trabalho. E é assim que a OSC com todo seu



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP

Fone/Fax: 12 3621-2631

e-mail: sta.veronica@afascom.org.br

compromisso e responsabilidade não mede esforços para oferecer escuta e as orientações diversas para os adolescentes/jovens e suas famílias através dos meios de comunicação: telefone, aplicativo de mensagens via WhatsApp, chamadas de vídeo, bem como busca proporcionar a eles oficinas de empreendedorismo, na tentativa de ajudá-los a (re) fazerem um novo projeto de vida.

8- OBJETIVO GERAL

Adquirir **Produtos específicos** com a finalidade de facilitar, com os equipamentos de reposição, a rotina de trabalho da Equipe Administrativa e da Equipe Técnica das Medidas Socioeducativas de LA e PSC e complementar os equipamentos para as oficinas de empreendedorismo com os adolescentes.

9. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

ORDEM	O QUÊ	COMO	PARA QUE	PARA QUEM
01	Aquisição de um Computador Completo	Compra do equipamento	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Administrativa.	Setor Administrativo
02	Aquisição de um Leitor de QR Code	Compra do equipamento	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Administrativa e de Voluntários.	Setor Administrativo e diversos
03	Aquisição de 3 Notebook	Compra do equipamento	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Técnica das MSE e Equipe Administrativa.	Setor MSE – LA e PSC
04	Aquisição de 1 Smart TV	Compra do equipamento	Ampliar o conhecimento e proporcionar momentos formativos para os adolescentes.	Setor Oficinas de Empreendedorismo
05	Aquisição de 1 aparelho de Telefone sem Fio	Compra do equipamento	Facilitar o atendimento interno e externo da Equipe Administrativa	Setor Administrativo

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
Nº de Ordem	Descrição da Meta	Descrição das atividades para cumprimento da Meta	Indicador Físico		Início	Término
			Unid.	Qtde		
01	Adquirir Computador Completo	Levantamento de 3 orçamentos do produto e seleção de 1 de menor preço	Equipamento	01	Data da aprovação do Projeto	03 meses a contar com a data do Repasse do Recurso Financeiro.
02	Adquirir Leitor de QR Code	Levantamento de 3 orçamentos do produto e seleção de 1 de menor preço	Equipamento	01	Data da aprovação do Projeto	03 meses a contar com a data do Repasse do Recurso Financeiro.
03	Adquirir Notebook	Levantamento de 3 orçamentos do produto e seleção de 1 de menor preço	Equipamento	03	Data da aprovação do Projeto	03 meses a contar com a data do Repasse do Recurso Financeiro.
04	Adquirir Smart TV	Levantamento de 3 orçamentos do produto e seleção de 1 de menor preço	Equipamento	01	Data da aprovação do Projeto	03 meses a contar com a data do Repasse do Recurso Financeiro.



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP

Fone/Fax: 12 3621-2631

e-mail: sta.veronica@uol.com.br

05	Adquirir Telefone sem Fio	Levantamento de 3 orçamentos do produto e seleção de 1 de menor preço	Equipamento	01	Data da aprovação do Projeto	03 meses a contar com a data do Repasse do Recurso Financeiro.
----	---------------------------	---	-------------	----	------------------------------	--

11. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS				
Nº de ordem da meta	Forma de Execução da Meta	Avaliação da Meta	Parâmetros de Aferição	Impacto Econômico e Social Esperados
01	Efetivação da compra de 01 Computador Completo	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Administrativa.	- Depoimento da equipe de trabalho sobre a importância da reposição dos equipamentos destinados ao uso da própria equipe trabalho; - Fotografias do equipamento adquirido.	Maior conforto e eficiência do trabalho desenvolvido pela equipe de trabalho.
02	Efetivação da compra de 01 Leitor de QR Code	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Administrativa e de Voluntários.	- Depoimento das equipes de trabalho e de voluntários na busca de geração de renda para a OSC; - Fotografias do equipamento adquirido.	Maior qualidade e rendimento no trabalho das equipes de trabalho e dos voluntários que auxiliam na busca do complemento dos recursos financeiros da OSC.
03	Efetivação da compra de 03 Notebook	Facilitar a rotina de trabalho da Equipe Técnica das MSE e Setor Administrativo	Depoimento da equipe de trabalho sobre a importância da reposição dos equipamentos destinados ao uso da própria equipe trabalho; - Fotografias dos equipamentos adquiridos.	Maior conforto e eficiência do trabalho desenvolvido pelas equipes de trabalho.
04	Efetivação da compra de 01 Smart TV	Ampliar o conhecimento e proporcionar momentos formativos para os adolescentes.	Depoimento da equipe de trabalho sobre a importância da compra do equipamento para atender as demandas do serviço; - Fotografias do equipamento.	Maior qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido pela equipe de trabalho através das oficinas de empreendedorismo.
05	Efetivação da compra de 01 Telefone sem Fio	Facilitar a comunicação interna e externa do setor administrativo.	Depoimento dos usuários sobre a melhoria de atendimento ao público interno e externo; - Fotografias do equipamento adquirido.	Maior qualidade e eficiência da comunicação da Equipe Administrativa.

12- PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO

12.1 - Despesas de Capital: Material Permanente

DESPESAS DE CAPITAL: MATERIAL PERMANENTE					
Item	Discriminação da Despesa	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Computador Completo	01	Equipamento	4.940,00	4.940,00
02	Notebook Samsung Intel Core	03	Equipamento	4.089,00	12.267,00
03	Smart TV LG 32"	01	Equipamento	2.139,00	2.139,00
04	Leitor QR Code	01	Equipamento	680,00	680,00
05	Telefone Sem Fio Intelbras	01	Equipamento	99,90	99,90
TOTAL					20.125,90



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP

Fone/Fax: 12 3621-2631

e-mail: sua.veronica@unif.com.br

OBS: O valor excedente de R\$ 125,90 entrará como contrapartida da OSC.

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (em R\$)				
Custos Detalhados	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Total
Recurso Parceria	20.000,00	X	X	R\$ 20.000,00
TOTAL				R\$ 20.000,00

OBS: Parcela Única

14. QUADRO SINTÉTICO DO CRONOGRAMA FINANCEIRO

CUSTO TOTAL DA PROPOSTA APRESENTADA	R\$ 20.125,90
Contrapartida da OSC	R\$ 125,90
RECURSO DA PARCERIA	R\$ 20.000,00

15. CAPACIDADE INSTALADA

Capacidade da OSC para gerir e manter as Atividades Necessárias ao cumprimento do Objeto da Parceria:

a) Recursos Humanos Disponibilizados pela OSC

AFASCOM – Centro de Assistência Social Santa Verônica			
NOME	CARGO	FORMAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL
1. Ana Cláudia Alcarde de Magalhães Oliveira	Técnica Orientadora	Assistente Social	R\$ 3.059,01
2. Ariane Rodrigues de Assis	Assistente Administrativo	Tecnólogo em RH	R\$ 1.739,35
3. Claudilene Ferreira de Souza da Silva	Educador Social	Ensino Médio Comp.	R\$ 1.500,57
4. Érica Fernanda de Paula Borges	Psicóloga	Psicologia	R\$ 3.059,01
5. Fátima do Espírito Santo Lorenzon	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Comp.	R\$ 1.155,59
6. Halid Abdouni de Felipe	Motorista	Ensino Médio Comp.	R\$ 1.581,42
7. Kátia Daniela Pessoa de Queiroz Maia	Técnica Orientadora	Assistente Social	R\$ 3.059,01
8. Maísa Batista Ribeiro	Técnica Orientadora	Assistente Social	R\$ 3.059,01
9. Rodolfo Santos Pereira	Técnico Orientador	Assistente Social	R\$ 3.059,01
10. Samyra Bayer	Técnica Orientadora	Direito	R\$ 3.059,01
11. Silvana Vieira dos Santos	Coordenadora Técnica	Assistente Social	R\$ 3.065,97
TOTAL			R\$ 27.396,96



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA VERÔNICA

CNPJ Nº 57.521.759/0010-28

Av. Marechal Deodoro, n.º 101 – Jd. Santa Clara – 12.080-000 – Taubaté – SP

Fone/Fax: 12 3621-2631

e-mail: sta.veronica@afascom.org.br

Outras Informações:

A OSC - AFASCOM-Centro de Assistência Social Santa Verônica tem a certeza que o “Projeto Reequipando” ao possibilitar a reposição de alguns equipamentos, muito contribuirá para a qualidade dos serviços prestados em favor das crianças e adolescentes/famílias.

Taubaté, 31 de março de 2021.

Salete Bolzan

Elvane Vianna dos Santos
Coordenadora das Medidas
Socioeducativas
RG 23.739.266-5

SALETE BOLZAN
Diretora Presidente
CPF nº 114.305.278-30

J